Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER SEGUNDO DENÚNCIA REGISTRADA EM DELEGACIA ESPECIALIZADA NO INTERIOR DA PARAÍBA

VIOLENCE AGAINST WOMEN ACCORDING TO A COMPLAINT REGISTERED AT A SPECIALIZED POLICE STATION INSIDE PARAÍBA

Letícia Bruna de Azevedo Dantas[1]
Aristéia Candeia de Melo[2]
Cristina Costa Melquiades Barreto[3]
Silvia Alencar Carvalho Gomes[4]
Erta Soraya Ribeiro Cesar Rodrigues[5]

RESUMO - A violência é um termo abrangente e vem sendo discutida consideravelmente em grande parte do mundo, entre esse meio de discussão, encontra-se a violência contra a mulher, um crescente problema de saúde, levando a compreensão de diversas dimensões que vão desde apresentações psicoemocionais até lesões físicas. Esse estudo teve como objetivo analisar as denúncias de casos de violência contra a mulher no ambiente doméstico. Trata-se de uma pesquisa documental de abordagem quantitativa, do tipo exploratório e descritivo realizada na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do município de Patos-PB, no período de Agosto a Setembro de 2018, com registros de 918 casos. A coleta de dados foi realizada através das fichas de acolhimento e registros de atendimento. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário previamente elaborado, contendo perguntas objetivas em relação à vítima, agressor e as características da violência. A pesquisa foi realizada logo após autorização da Delegada da Delegacia Especializada do município e aprovação do

[1] Aluna concluinte do curso de Bacharelado em Enfermagem das Faculdades Integradas de Patos-PB, 2018, email: popo.lm@hotmail.com;
[2] Médica Veterinária. Mestre em Educação pela UIL-FIP. Formada em Medicina Veterinária (UFPB). Formada em Licenciatura Plena em Geografia – Fundação Francisco Mascarenhas. Docente das Faculdades Integradas de Patos-PB;
[3] Enfermeira. Mestre em Ciências da Saúde (UNICSUL-SP). Docente das Faculdades Integradas de Patos-PB;
[4] Bacharel em Direito. Delegada de Polícia civil. Formada em Direito (UGF);
[5] Enfermeira obstetra. Mestre em Ciências da Saúde. Docente das Faculdades Integradas de Patos-PB.

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades Integradas de Patos. Os resultados evidenciaram que as mulheres que sofreram violência e efetuaram denúncia na Delegacia Especializada têm um perfil jovem adultas, solteiras, com um baixo grau de escolaridade e que não exercem uma profissão, cuidando, assim, do seu próprio lar. No que diz respeito ao agressor, o seu perfil se assemelha com o das vítimas, a maioria tem uma faixa etária jovem adulta, solteiros, não terminaram o ensino fundamental e exercem uma profissão. Quanto ao tipo de violência, identificou-se a física com o maior número de casos denunciados, seguida da psicológica, onde foram encontrados também os registros de uma ou mais violências associadas. Diante da análise, é de fundamental importância o conhecimento do perfil dos envolvidos para se obter estratégias de prevenção e assim proporcionar uma assistência adequada para as mulheres vítimas de violência, como também é relevante o funcionamento das políticas públicas, juntamente com a ajuda das Delegacias Especializadas para que a mulher volte a ter o direito de viver tranquila no seu ambiente familiar e na sociedade.

Palavras-chaves: Violência contra a mulher; Perfis dos envolvidos; Políticas Públicas.

ABSTRACT - Violence is a comprehensive term and has been discussed considerably in much of the world, among this medium of discussion is violence against women, a growing health problem, leading to an understanding of various dimensions ranging from psychoemotional presentations to injury. This study aimed to analyze the reports of cases of violence against women in the domestic environment. This is a documentary research of a quantitative approach, of the exploratory and descriptive type carried out in the Specialized Delegation for Women's Affairs in the city of Patos-PB from August to September 2018, with a record of 918 cases. Data collection was performed through the host records and service records. The instrument used for data collection was a previously elaborated questionnaire containing objective questions regarding the victim, aggressor and the characteristics of the violence. The research was carried out shortly after authorization of the Delegate of the Specialized Delegation of the city and approval of the Research Ethics Committee of Integrated University of Patos. The results showed that women who suffered violence and denounced the Specialized Police Station have a young adult female profile, single, with a low level of schooling and who do not practice a profession, taking care of their own home. As far as the aggressor is concerned, his profile resembles that of the victims, most of them have a young adult age group, single, have not finished elementary school and hold a profession. Regarding

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

the type of violence, physical violence was identified with the highest number of reported cases, followed by psychological violence, where records of one or more associated violence were also found. Before the analysis, it is fundamental and important to know the profile of those involved in order to obtain preventive strategies and thus provide adequate assistance for women victims of violence, as well as the functioning of public policies, together with the help of the Specialized Police Stations so that women have the right to live in their family environment and in society.

Keywords: Violence against women; Profiles of those involved; Public policy.

INTRODUÇÃO

A violência é um termo abrangente e vem sendo discutida consideravelmente em grande parte do mundo, entre esse meio de discussão encontra-se a violência contra a mulher, um crescente problema de saúde, levando a compreensão de diversas dimensões que vão desde apresentações psicoemocionais até lesões físicas. Sendo considerado um problema de saúde pública no Brasil, é algo que afeta todos os grupos de mulheres, independentemente, da sua religião, cor, classe social, idade e grau de escolaridade (RODRIGUES; RODRIGUES; FERREIRA, 2017).

Diante de vários problemas de saúde pública, a violência contra a mulher não deixa de ser mais um entre tantos que necessita da resolução e de uma observação crescente no seu contexto, devido ter um grande impacto no desenvolvimento da saúde, bem estar e na vida social da paciente, abrangendo diversas ações incidentes contra a mulher entre elas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais.

Historicamente, a perspectiva sobre a mulher na sociedade é evidenciada como sendo um ser vulnerável, tendo em vista que no passado se via como uma mera reprodutora e um instrumento de negociação. Os afazeres domésticos se tornavam obrigatórios e nenhum reconhecimento e remuneração era dado, no entanto, cozinhar e desempenhar outras tarefas eram vistos como dever das mulheres (BRASILEIRO; MELO, 2016).

De acordo com os autores acima citados, no decorrer dos anos essa visão vem se tornando cada vez mais perplexa. Junto com a Revolução Industrial, veio a necessidade de maior mão de obra, impondo a mulher em âmbito econômico, alterando todas as formas de visão de mundo sobre gênero. Ao longo dos anos, as mulheres passaram a conquistar seus direitos, e em grande parte do mundo conseguiram o direito a

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

escolaridade, ao voto e um lugar perante a sociedade machista. Porém, com tantas vitórias e conquistas através das suas manifestações durante anos, para a sociedade ainda estão longe de serem reconhecidas igualitárias aos homens, sendo evidenciada, ainda, pela sua submissão ao homem, contribuindo assim, para um aumento significativo das mais variadas formas de violência contra esse grupo.

Desde muito tempo as mulheres lutam para conseguir espaço na sociedade e acabar com o machismo, contudo, a violência contra a mulher está em constante crescimento e se tornando um problema acumulativo. Entretanto, esse sofrimento enfrentado pelas mulheres já vem de muito tempo, mas, somente em 2006 no Brasil, em decorrência do aumento e da evolução dos casos de violência contra a mulher se tornou um assunto exclusivo e de enorme importância à implantação de uma lei, a lei Maria da Penha, que tem como objetivo combater a violência doméstica e familiar contra mulheres. Após sua implantação, muitos casos passaram a se tornar visíveis, proporcionando uma assistência humanizada a essas mulheres (VARGAS; SANTOS, 2017).

Nessa perspectiva, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é um marco na política de defesa das mulheres no Brasil, se tornando uma grande vitória e um avanço na sociedade machista, colaborando assim, para uma diminuição dos casos de violência. A Lei Maria da Penha visa coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres em situação de violência e na execução das políticas públicas para as mulheres (GRIEBLER; BORGES, 2013).

Com a criação da lei Maria da Penha a violência passou, então, a ser considerada como um crime e os agressores passaram a receber uma punição de forma mais dura e complexa. Segundo esta lei, a violência contra a mulher pode ser classificada como física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

Portanto, o presente estudo apresenta o perfil dos agressores sob uma visão ampla, no âmbito das denúncias feitas pelas mulheres vítimas de qualquer tipo de violência. Sendo de suma importância mostrar uma alta complexidade dos envolvidos diante da violência contra a mulher.

Diante de tal problemática, tivemos muitos questionamentos, visto que, esse assunto tem uma ausência enorme nos serviços públicos, bem como, nos serviços de saúde, ocasionando um aumento significativo de casos no decorrer dos anos. Partindo dessa premissa, surgiu o seguinte questionamento: Qual o perfil de mulheres que sofrem violência física de seu marido/companheiro de acordo com os boletins de ocorrências registrados na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher?

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

A importância do conhecimento e a assistência dada a essas mulheres com relação à violência sofrida são de enorme contribuição, beneficiando-as na construção da sua autonomia. Ainda que a violência contra a mulher seja um acontecimento de grande relevância, existe uma intimidação das mulheres em denunciar os casos de violência, sendo assim, este estudo teve como objetivo geral analisar as denúncias de casos de violência contra a mulher no ambiente doméstico. Dessa forma, permite um aprofundamento no tema, já que se mostra significativo para o ensino e pesquisa e traz benefícios para as mulheres, colaborando para uma construção da sua dignidade, segurança e capacidade de lutar pelos seus direitos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem quantitativa, do tipo exploratório e descritivo. De acordo com Kripka; Scheller; Bonotto (2015) a pesquisa documental constitui-se por um amplo exame de inúmeros materiais que não sofreram qualquer trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, procurando outras compreenções ou conhecimentos complementares, conhecidos de documentos. O estudo foi realizado na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) do município de Patos-PB, no período de Agosto a Setembro de 2018, no entanto, envolveu dados de 2015 a 2017, com uma população de 1.105 mulheres que efetuaram uma ou mais denúncias na Delegacia Especializada no Atendimento à mulher. A amostra foi composta de 918 fichas que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: foram escolhidas as fichas de acolhimento e registros de atendimento que dizem respeito à violência contra mulher no ambiente doméstico, violência sexual, psicológica, patrimonial, moral e lesão corporal e como critério de exclusão os processos cujos registros não estavam relacionados aos objetivos do estudo. A coleta de dados foi realizada nas fichas de acolhimento e registros de atendimento realizados na Delegacia Especializada no atendimento a mulher, através de um formulário previamente elaborado, contendo perguntas objetivas em relação à vítima, agressor e as características da violência. Após a coleta, as informações foram digitadas e submetidas a análise estatística simples e disponibilizados através de gráficos e tabelas, com auxílio do programa Excel Office 2010, onde foram analisados estatisticamente no período acima descrito e fundamentado à luz da literatura pertinente. O projeto de pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo comitê de Ética e pesquisa das Faculdades Integradas de Patos através do CAAE: 90395018.9.0000.5181 e Protocolo nº 2.821.363, no qual

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

obteve o consentimento legal para realização da pesquisa à luz dos princípios éticos. A pesquisa foi realizada com autorização da Delagada da Delegacia Especializada no atendimento à mulher (DEAM), de Patos-PB, seguindo rigorosamente as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos do Conselho Nacional de Saúde, conforme descrito na resolução nº 510/16 (BRASIL, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 – Distribuição dos dados referentes às características da violência, (n= 918) Patos-PB, 2018.

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

Variáveis	N	%
Ano		
2015	324	35,3
2016	274	29,8
2017	320	34,9
Tipo de violência*		
Física	531	57,8
Psicológica	493	53,7
Moral	113	12,3
Sexual	39	4,2
Patrimonial	39	4,2
Grau de parentesco		
Atual companheiro	391	42,5
Ex-companheiro	335	36,5
Filho	50	5,4
Irmão	45	4,9
Pai	23	2,5
Padrasto	14	1,5
Outros	60	6,7
Local de ocorrência		
Residência	728	79,3
Via pública	173	18,8
Local de trabalho	16	1,7
Não informado	1	0,2
Total	**918**	**100,0**

*Algumas mulheres sofreram mais de um tipo de violência. Atual companheiro (marido, companheiro, namorado).
Fonte: Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Patos-PB, 2018.

A tabela 1 apresenta características referentes a violência, mais precisamente, mostra qual foi o tipo de violência sofrida pela mulher, como também o ano que ocorreu, o grau de parentesco do autor da violência com a vítima e o local onde ocorreu o fato, todavia, os dados são apresentados e discutidos para se obter um maior esclarecimento.

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

No que diz respeito às características das violências sofridas pelas mulheres, observa-se na tabela 1 que 324 casos ocorreram no ano de 2015 (35,3%), é perceptível um grande número de casos nesse ano, tendo uma diminuição no ano de 2016 apresentando 274 (29,8%) casos e um aumento significativo em 2017 com 320 (34,9%). Segundo o estudo de Madureira et al (2014) no Brasil a situação da violência contra a mulher se torna cada vez mais grave, de acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, com um total de 2.365 mulheres na amostra, uma em cada cinco mulheres consideram já ter sofrido algum tipo de violência praticada pelo homem e em decorrência da violência contra essa população, na última década, no Brasil, foram assassinadas 43,5 mil mulheres, o que, leva o país a ocupar a sétima posição mundial em número de homicídios femininos, com uma taxa de 4,5 para cada 100 mil mulheres.

Quanto ao tipo de violência praticada pelo agressor, identificou-se a física 531 (57,8%) com o maior número de casos denunciados, seguida da psicológica 493 (53,7%) que por muitas vezes, a vítima não reconhece como sendo um tipo de violência, a Moral 113 (12,3%), sexual 39 (4,2%) e a patrimonial 39 (4,2%). Este resultado evidenciou que esses tipos de violências estão entre suas principais formas, o estudo destaca ainda que na maioria dos casos algumas mulheres sofreram mais de um tipo de violência, havendo o registro de uma ou mais associadas, porém, a violência física e a psicológica estavam principalmente ligadas ao ato violento. Diante de tais ocorrências, percebe-se uma preocupação quanto à violência física, como também a psicológica, ambas, deixam marcas por toda a vida, assombrando uma população vulnerável e fragilizada.

Segundo Vargas; Santos (2017), a violência física consiste na conduta do emprego da força com ou sem instrumentos e que envolve a integridade ou saúde corporal; a psicológica abrange qualquer ato de humilhação, manipulação, ameaças ou outras atitudes que podem delimitar o desenvolvimento da mulher; a violência patrimonial envolve casos de cônjuges e correlaciona ao roubo ou prejuízo ao patrimônio da vítima e a violência moral, apesar de não deixar marcas físicas, prejudica a imagem da mulher através de comportamentos que a impeça de viver na sociedade, como atos de calúnia, injúria ou difamação.

Já a violência sexual é caracterizada quando qualquer pessoa obriga a realização da pratica sexual, sobre ameaça, coação ou uso da força, impedindo o uso de qualquer método contraceptivo, deixando a mulher presa em um caminho de difícil aceitação e vergonhoso para a sociedade, como também pra si própria (OLIVEIRA, et al., 2016).

Corroborando com o estudo realizado, Vasconcelos et al. (2016) na sua pesquisa feita na secretaria da mulher no município de Vitória de Santo Antão, Região Nordeste

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

do Brasil, concluiu que a violência mais frequente na população do estudo foi a violência física 333 casos (65%) e a violência psicológica 309 casos (60,4%). De acordo com o estudo de Silva; Oliveira, (2016), o uso da força corporal foi a mais comum agressão indicada e também a mais frequente (67,5%).

No estudo de Santos et al. (2016), no ano de 2015, de acordo com a pesquisa feita com mulheres de todo o Brasil, 66% das vítimas indicam o predomínio de agressões físicas, nesse mesmo ano, 48% das mulheres sofreram violência psicológica, tendo um aumento de 10% sobre o ano de 2013 (38%), evidenciando uma evolução desse tipo de violência, ou seja, cada vez mais a violência psicológica vem crescendo e ficando entre as principais formas de violência contra a mulher, contribuindo assim para o desenvolvimento de possíveis doenças psicossomáticas na vida dessas mulheres.

Gráfico 1: Distribuição anual quanto ao tipo de violência. n= (918) Patos-PB, 2018.



Fonte: Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Patos-PB, 2018.

Conforme o gráfico 1, que define o tipo de violência distribuída anualmente, pode-se perceber que no ano de 2015 a violência psicológica em comparação aos outros tipos de violência teve uma maior proporção com um total de 179 casos, seguida da violência física com 173, porém, a diferença entre as duas é pequena. Já no ano de 2016, foi observada uma pequena mudança entre esses tipos de violência, a violência física obteve um maior número de casos, atingindo uma marca de 167 e a psicológica vinda logo em seguida com 150 mulheres vítimas desse mal. No ano de 2017, observa-se um

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

aumento da violência física atingindo um grande número de casos denunciados (191), esse resultado mostra um crescimento já esperado, pois, a violência física vem aumentando a cada ano. Foi evidenciado na amostra de acordo com os anos analisados que a violência física e a psicológica estão sendo os tipos de violência mais denunciados pelas mulheres, entretanto, essas formas de violência cada vez mais estão assombrando o cotidiano da população feminina.

Em relação ao agressor, 391 mulheres (42,5%) foram agredidadas pelo seu atual companheiro, sendo eles em situação de casado, companheiro e namorado e 335 (36,5%) pelo seu ex-companheiro. Esse resultado aponta que cada vez mais os agressores encontram-se no âmbito familiar, no ciclo de convivência da mulher, na grande maioria, por acharem que as mulheres são submisas a eles, que seu dever é cuidar da casa e dos filhos, acabam maltratando e agredindo sua companheira; outro motivo é o medo da mulher sair de casa devido um relacionamento cansativo, ou seja, as brigas, ciúmes e a falta de confiança passam a serem constantes, aumentando as chances das mulheres quererem se relacionar com outros homens e que comece um novo relacionamento, contribuindo para o aumento da fúria do agressor. O ex-companheiro é tido também como o agressor por não aceitar o fim do relacionamento, favorecendo o ato violento, e com frequência, o agressor passa a peserguir a vítima, constatemente faz ameaças, retirando o sossego e a traquilidade da mesma.

De forma semelhante aos achados, foram encontrados resultados similares em outros estudos como o de Griebler; Borges (2013) também apontou que o companheiro (28,8%), o marido (25%) e o ex-companheiro (31,7%) foram os responsáveis pela agressão. Ou seja, na maioria dos casos denunciados, o homem é a figura na qual a mulher em situação de violência relaciona-se afetivamente no momento. De acordo com Garcia et al. (2016) entre os autores das agressões, predominaram os companheiros ou ex-companheiros (51,5%), chegando a conclusão que os agressores são pessoas próximas, e de convívio diário, ou seja, a violência vem das pessoas menos esperadas, surpreendendo assim a própria vítima.

No que se refere ao local de ocorrência da agressão, a residência das vítimas foi a mais notificada neste estudo, com um total de 79,3% das ocorrências, seguida da via pública com 18,8% dos registros. A maior parte das vítimas foi agredida no seu próprio lar, onde muitas vezes espera-se um ambiente tranquilo e harmonioso. As mulheres, após sofrer a violência na sua própria casa, passam a ter um sentimento de medo, insegurança, vergonha e humilhação diante daquele local, muitas vezes tornando perigoso para elas mesmas, dificultando assim as denúncias dos seus agressores, escondendo o processo violento. Muitos agressores escolhem a sua residência como

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

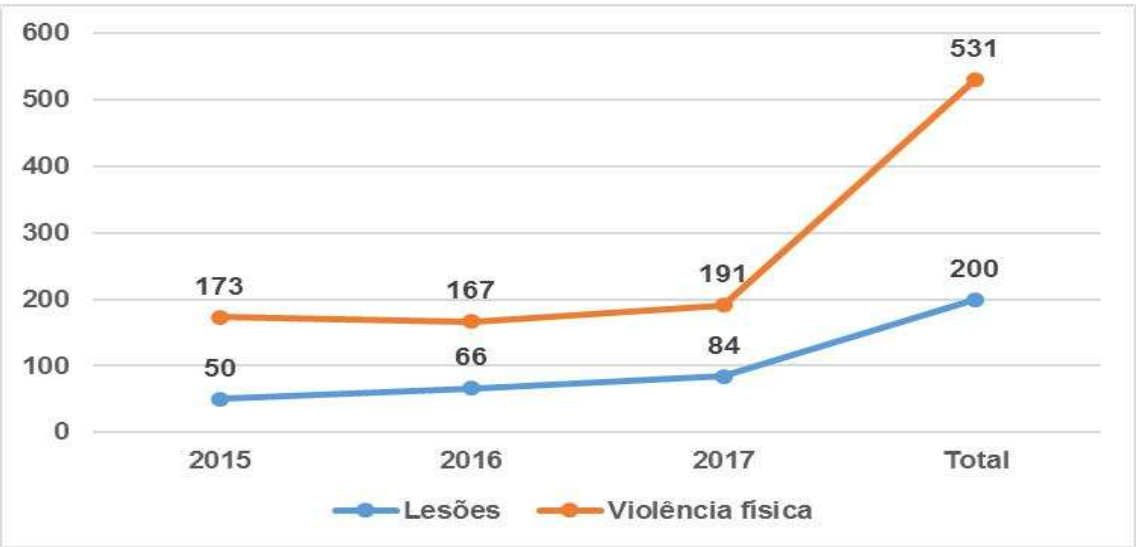
forma de se esconder do público, por ser um local sem um tráfego de pessoas, favorecendo assim para a realização da violência, passando a esconder a verdadeira situação do que se passa, alimentando um sentimento de angústia e desespero para as mulheres, colaborando assim, para uma aceitação do ato violento devido à vergonha e o medo de se expor diante dos vizinhos e colegas.

Diante dos dados expostos, a pesquisa de Silva, Oliveira (2016) confirma as informações encontradas em relação ao local de ocorrência da agressão, a residência das vítimas foi a mais notificada, com um total de 38,5% das ocorrências, seguida da via pública com 22,9% dos registros. Os achados do presente trabalho foram consistentes também com o estudo de Madureira et al (2014) realizado em uma Delegacia Especial da Mulher (DEM) de um município da região central do estado do Paraná no período de junho de 2011 a maio de 2012, foi observado que a residência foi o local onde os homens mais perpetraram violência tendo um percentual de 84,6%.

Gráfico 2: Distribuição anual da violência física e do número de lesões corporais. n= (531) Patos-PB, 2018.

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo



Fonte: Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Patos-PB, 2018.

No que diz respeito às lesões corporais, observa-se no gráfico 2, a violência física com o total de 531 casos registrados, entre os anos de 2015 a 2017. No ano de 2017 foi evidenciado o maior número de lesões, se destacando com 84 casos. Muitas mulheres sofreram agressões violentas, entretanto, ficando com marcas evidentes pelo corpo, de fato ferindo sua integridade corporal, contudo, agressores no momento da violência tentam não deixar marcas para não deixar evidências do ato violento, acabando praticando contra a vítima vias de fato, sendo caracterizado como puxões de cabelos, tapas, empurrões, tendo o contato entre os corpos, sem deixar lesões corporais.

Tabela 2 – Distribuição dos dados referentes ao perfil das vítimas de violência. (n= 918) Patos-PB, 2018.

Variáveis	N	%

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

Faixa etária		
0 – 9 anos	8	0,9
10 – 19 anos	12	13,1
20 – 29 anos	303	33,0
30 – 39 anos	271	29,5
40 – 49 anos	134	14,6
50 – 59 anos	47	5,1
60 – 69 anos	15	1,6
70 – 79 anos	12	1,3
80 anos e mais	8	0,9
Situação conjugal		
Solteiro	464	50,5
Casado / união estável / convivente	377	41,1
Divorciado	51	5,6
Viúvo	24	2,6
Não informado	2	0,2
Escolaridade		
Não alfabetizado	16	1,7
Fundamental incompleto	497	54,1
Fundamental completo	13	1,4
Médio incompleto	38	4,1
Médio completo	46	5,0
Superior incompleto	10	1,1
Superior completo	29	3,2
Não informado	269	29,4
Profissão		
Do lar	478	52,1
Estudante	86	9,4
Vendedora	43	4,7
Aposentada	28	3,1
Comerciante	20	2,2
Desempregada	14	1,5
Servidora pública	12	1,3
Outros	231	25,0
Não informado	6	0,7

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

Total	**918**	**100,0**

Fonte: Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Patos-PB, 2018.

Com a análise da tabela 2, observou-se que as mulheres em situação de violência apresentam uma faixa etária jovem adulta de 20 a 29 anos com um percentual de 33% e 29,5% estavam entre 30 a 39 anos. Assemelhando-se com resultados de pesquisas realizadas em outras delegacias especializadas no atendimento a mulher (DEAM), centros de referência no atendimento às mulheres em situação de violência no Brasil. Esse resultado mostra que alguns fatores podem estar associados, uma vez que essa faixa etária encontra-se vulnerável, como também no seu ponto máximo da beleza e juventude contribuindo assim para crises excessivas de ciúmes, inseguranças e um poder de dominação pelas vítimas (ARAÚJO et al, 2014).

Segundo o estudo de Griebler; Borges, (2013) na Delegacia de Polícia Civil no interior do Rio Grande do Sul observou-se que o perfil da mulher está associado a mulheres jovens, sendo que as idades variaram entre 15 e 88 anos. Destas mulheres, 67,96% tinham até 40 anos e 32,01% acima desta idade. Conforme o estudo de Oliveira; Leal (2016), grande parte das mulheres (79,8%) se encontravam na faixa etária dos 18 aos 49 anos.

Quanto à situação conjugal, predominou a categoria de solteira com 50,5%, resultado que fica acima de outros achados, como no estudo realizado por Almeida; Bezerra (2016) que de forma semelhante com o presente estudo mostra que no período de 2010 a 2013, no município de Feira de Santana – BA, que 47,1% das mulheres vítimas de violência doméstica eram solteiras e a segunda maior frequência foi casada ou convivente correspondendo a 36,4%. Essa realidade deve-se ao fato de muitos casais não oficializarem sua união e pelo simples fato da facilidade encontrada de morar juntos, mantendo um relacionamento sem a oficialização, ou seja, a sua situação cojugal difere da sua realialidade cotidiana.

No que diz respeito à escolaridade, 54,1% tem o Ensino Fundamental Incompleto e 29,4% dos casos não foi informado sua escolaridade, deixando um pouco a desejar, pois essa questão é muito importante para conhecer o perfil das mulheres vítimas de violência. No entanto, esse elevado número de mulheres com uma baixa instrução são as que mais sofrem violência, pois as mais esclarecidas não aguentam por muito tempo viver em situação de agressão. Esse percentual mostra a vunerabilidade da população feminina, uma vez que essas vítimas são obrigadas a deixar o estudo mais cedo para cuidar da casa e dos filhos, todavia, essas mulheres, apesar de ter um baixo

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

grau de ensino, foram as que mais denunciaram seus agressores, ou seja, evidenciou-se que a grande maioria sabe dos seus direitos e do crescimento da voz feminina na sociedade.

Em resultados de pesquisas realizados em outros estudos, como o de Lima; Silva; Rosário (2014) em uma Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher, o achado foi semelhante, onde, 33,67% tem o ensino fundamental incompleto. Por outro lado, no estudo de Griebler; Borges (2013), a maioria das mulheres têm ensino fundamental completo (57,7%) e Ensino Médio Completo (29,9%), mostrando uma maior escolaridade entre as mulheres, diferenciando assim, da amostra em discursão.

Nos achados do presente trabalho enquanto a profissão da vítima, a maioria (52,1%) não trabalha e cuida da própria casa, às vezes por proibição do seu companheiro. Acabando, assim, cuidando apenas da casa, favorecendo uma situação socioeconômica nas piores condições, aumentando os riscos de violência por parte dos seus parceiros, ou seja, as mulheres ficam dependentes às vontades do seu companheiro, aceitando qualquer tipo de violência contra elas, porém, o medo e a preocupação de sobrevivência própria e dos seus filhos fazem com que aumente essa realidade vivenciada por muitas mulheres.

Diante dos dados expostos as mulheres apresentam um perfil jovem adultas, solteiras, com um grau de escolaridade baixa e dessas mulheres a grande maioria é do lar. Percebe-se que uma grande parte das mulheres, é um público vulnerável, com uma dificuldade nos estudos e que não têm um emprego, passando a ser depedente total do seu companheiro, favorecendo assim o indice de violência, e consequentemente, cada vez mais o crescimento da violência contra a mulher. Entre alguns avanços esperados pelo público feminino, encontramos ao longo dos anos os principais avanços para combater a violência contra mulher, entre eles, temos a Delegacia Especializada de Atendimento á Mulher (DEAM) que foi criada em 1985, em 2003, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e a Lei n° 10.778, que normatiza os profissionais em notificar os casos de violência contra a mulher atendida nos serviços de saúde e finalmente em 2006, foi criada a lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) que está proporcionando grande contribuição para as mulheres vítimas de violência (LIMA et al, 2016).

Tabela 3 – Distribuição dos dados referentes ao perfil dos agressores n= (918) Patos- PB, 2018.

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

Variáveis	N	%
Faixa etária		
15 – 19 anos	28	3,1
20 – 29 anos	278	30,3
30 – 39 anos	311	33,9
40 – 49 anos	152	16,6
50 – 59 anos	82	8,9
60 – 69 anos	19	2,1
70 – 79 anos	5	0,5
80 anos e mais	43	4,7
Situação conjugal		
Solteiro	456	49,7
Casado / união estável / convivente	362	39,4
Divorciado	43	4,7
Viúvo	4	0,4
Não informado	53	5,8
Escolaridade		
Não alfabetizado	72	7,8
Fundamental incompleto	402	43,8
Fundamental completo	46	5,0
Médio incompleto	53	5,9
Médio completo	128	13,9
Superior incompleto	17	1,9
Superior completo	27	2,9
Não informado	173	18,8
Profissão		
Vendedor	133	14,5
Servente de Pedreiro	74	8,1
Desempregado	71	7,7
Pedreiro	56	6,1
Comerciante	37	4,0
Motorista	33	3,6
Mecânico	21	2,3
Agricultor	17	1,9
Policial militar	16	1,7

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Sapateiro	16	1,7
Servidor público	15	1,6
Aposentado	14	1,5
Outros	359	39,2
Não informado	56	6,1
Total	**918**	**100,0**

Fonte: Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Patos-PB, 2018.

Segundo demonstrado na tabela 3, verifica-se no perfil do agressor que uma grande parte dos homens a qual cometem violência contra a mulher tem uma faixa etária entre 30 a 39 anos (33,9%), destacando-se uma população adulta jovem. Os achados concluiram que essas idades comentem mais violência contra a mulher por terem um pensamento machista e de dominação diante das mesmas, se tornando muitas vezes pessoas com pensamentos pobres e desumanos. Madureira et al. (2014) na sua pesquisa, ao analisar o perfil do agressor, em uma Delegacia da Mulher, evidenciou uma faixa etária também adulta jovem, onde teve uma representação da faixa de 20 a 29 anos (45,4%), seguida de 40 a 49 anos (22,3%), assemelhando-se aos resultados encontrados.

Em relação à situação conjugal, os casos que foram mais denunciados encontravam-se solteiros com 49,7%, sendo semelhante ao perfil conjugal das mulheres. Sousa; Nogueira; Grandim (2013) confirma essa informação com 30,8% dos agressores como solteiros; Não obstante, no estudo de Vasconcelos; Holanda; Alburquerque (2016), os homens que viviam em união estável foram os mais denunciados. Esses resultados do presente estudo demostram que o homem, muitas vezes não quer assumir um relacionamento mais sério e acabam se acomodando na situação de convivência.

Quanto á escolaridade dos agressores, o estudo mostra que 43,8% têm o ensino fundamental incompleto, dado esse que tem um elevado percentual em relação aos outros achados da pesquisa. No estudo de Almeida; Bezerra (2016), 22,9% possuem o ensino médio completo, 20,7% possuem ensino fundamental incompleto, podendo observar que os agressores constituem um relevante número de baixa escolaridade, a maioria dos agressores acabam deixando os estudos para entrar no mercado de trabalho mais cedo, seja pela necessidade, até mesmo por formar uma família ou por uma independência financeira precoce, entretanto, isso acaba se tornando um problema, pois, muitos acabam entrando na vida das drogas, começam a ingerir bebidas alcoólicas, contribuindo para uma situação vergonhosa e aterrorizante para seu lar, onde acabam optando pelo lado da violência contra sua própria companheira.

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

Conforme se observa em relação a profissão do homem, identificando melhor o seu perfil, 14,5% são vendedores e 39,2% exercem outros tipos de trabalho. Nos dados apresentados, em uma análise mais complexa, percebe-se que a grande maioria das profissões não requer um alto grau de intrução, assemelhando aos achados do grau de escolaridade, muitos agressores não têm um estudo adequado para exercer uma profissão mais qualificada, porém, acabam acomodados e relaxados, se adequando a qualquer tipo de trabalho. Segundo Brasileiro, Melo (2016) a profissão que obteve maior destaque foi a de pedreiro tendo 46 homens que agrediram mulheres. Observa-se que a maioria dessas profissões, de um modo geral, necessita de dedicação, força e muito trabalho pesado, contribuindo para um maior cansaço, irritabilidade e estresse entre os homens, ou seja, muitos deles acabam descarregando sua fúria nas pessoas mais próximas e fragilizadas.

No estudo, identificou-se em relação aos processos contra os agressores que a vítimas se arrependiam de terem feito a denúncia, pois, para elas exitiam inúmeros fatores em questão, entre eles estavam o medo de vingança do agressor, a dependência financeira, a vergonha da sociedade e da família, a preocupação com os filhos ou até mesmo por gostar e terem reatado o relacionamento, devido a esses motivos, a denúncia quando vem ser feita pela vítima, a violência não tem acontecido apenas uma vez e sim inúmeras vezes.

É importante destacar que, entre os dados comentados, foi encontrado nos inquéritos policiais uma ausência de informações diante do perfil do agressor, todavia, é de suma importância o registro desses dados para uma melhor investigação do caso, como também obter um conhecimento do perfil e quem são verdadeiramente os acusados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estudo permitiu concluir que as mulheres que sofreram violência e que efetuaram denúncia na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Patos-PB apresentam um perfil jovem adultas, solteiras, com um grau de escolaridade baixa, com apenas o ensino fundamental incompleto e dessas mulheres, a grande maioria é do lar, possuindo um perfil semelhante aos perfis traçados em outros estudos. Ainda e com base nos achados da pesquisa realizada, conseguiu-se definir o perfil do homem que comete violência contra sua companheira. Os agressores têm uma faixa etária jovem adulta, solteiros, não concluiram os estudos, com um maior

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

percentual voltado para o ensino fundamental incompleto e exercem a profissão de vendedor. Com base nos dados analisados, pode-se concluir semelhanças nos perfis dos envolvidos. Foi observado também, uma carência de informações nos inquéritos policiais com relação aos agressores, porém, esses dados são vistos como um importante meio de contribuição para se conhecer mais sobre o agressor.

Entre os tipos de violência sofrida pelas mulheres, foi identificada a violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, entre elas, a violência fisíca foi a principal forma de violação, entretanto, foi identificado também que algumas mulheres sofreram mais de um tipo de violência. Quanto ao levantamento de casos de violência física que feriu a integridade corporal da mulher foi observado que em 2017 obteve um maior número de casos, com um total de 42%, seguido do ano de 2016 com 33% e no ano de 2015 com 25%.

A violência contra a mulher constitue atualmente um problema de saúde pública, e a cada ano vem aumentando o número de casos envolvendo esse público, a grande maioria dos homens ainda têm uma cultura machista, carregando uma concepção de superioridade, contudo, as mulheres acabam aceitando essa situação, tendo como consequência principal, problemas sociais, psicológicos e de incapacidade física. Apesar dos direitos adiquiridos ao longo da evolução feminina, as mulheres ainda vivem em condições desfavoráveis, onde são vistas como meras cuidadoras do lar e dos filhos.

Assim sendo, todos os objetivos aos quais se destinou esta pesquisa foram alcançados, assim, a mesma traz contribuições tanto para o meio acadêmico como para os profissionais da saúde, sendo de total importância o conhecimento do perfil dos envolvidos para traçar estrátégias de prevenção, promoção da saúde e uma assistência adequada para as mulheres vítimas de violência. Portanto, é de fundamental importância o funcionamento das políticas públicas, juntamente com a ajuda das Delegacias Especializadas para que a mulher volte a ter o direito de viver tranquila no seu ambiente familiar e na sociedade. As mulheres são donas de casa, trabalhadoras, mães e esposas, não merecem serem tratadas com opressão, brutalidade, ignorância e covardia.

REFERÊNCIAS

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

ALMEIDA, J. P.; BEZERRA, C. J. M. Violência doméstica e familiar contra a mulher: caracterização dos casos de violência no município de feira de Santana, no período 2010 a 2013. **Revista Jurídica da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)**, n. 20, 2016. Disponível em: http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/3231/2635. Acesso em: 05 out. 2018.

ARAÚJO, R. P. et al. Perfil sociodemográfico e epidemiológico da violência sexual contra as mulheres em Teresina/Piauí. **Rev Enferm UFSM**, v. 4, n. 4, p. 739-750, Out/Dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/14519/pdf. Acesso em: 26 set. 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Resolução nº510/16**. Conselho Nacional de Saúde. Regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos. Ministério da Saúde. Brasília, 2016. Disponível em: <www.conselho.saúde.gov.br/resoluções/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2018.

BRASILEIRO, A. E.; MELO, M. B. Agressores na violência doméstica: um estudo do perfil sócio jurídico. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 189- 208, Jul/Dez., 2016. Disponível em: file:///C:/Users/popol/Downloads/1373-3192-2-PB%20(1).pdf. Acesso em: 22 jan. 2018.

GARCIA, L. P. et al. Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 01-11, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n4/1678-4464-csp-32-04-e00011415.pdf. Acesso em: 26 set. 2018.

GRIEBLER, C. N.; BORGES, J. L. Violência Contra a Mulher: Perfil dos Envolvidos em Boletins de Ocorrência da Lei Maria da Penha. **Psico, Porto Alegre, PUCRS**, v. 44, n. 2, p. 215-225, abr./jun., 2013. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11463/9640. Acesso em: 22 jan. 2018.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, MORGANA; BONOTTO, D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa.

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

Investigação Qualitativa em Educação, v. 2, p. 243-247, 2015. Disponível em: http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248. Acesso em: 17 abr. 2018.

LIMA, V. L. A.; SILVA, A. F.; ROSÁRIO, E. B. Violência cometida contra mulheres: necessidades humanas básicas (NHB) e os cuidados de enfermagem. **Enferm. Foco**, v. 5, n. ¾, p. 79-82, 2014. Disponível em: http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/564/246. Acesso em: 26 set. 2018.

LIMA, L. A. A. et al., Marcos e dispositivos legais no combate à violência contra a mulher no Brasil. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 4, n. 11, p. 139-146, out./nov./dez., 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/pdf/ref/vserIVn11/serIVn11a15.pdf. Acesso em: 26 set. 2018.

MADUREIRA, A. B.; et al. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Esc Anna Nery**, v. 18, n. 4, p. 600-606, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v18n4/1414-8145-ean-18-04-0600.pdf. Acesso em: 05 out. 2018.

OLIVEIRA, L. A. S.; LEAL, S. M. C.; Mulheres em situação de violência que buscaram apoio no centro de referência Geny Lehnen/RS**. Enferm. Foco**, v. 7, n. 2, p. 78-82, 2016. Disponível em: http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/800/325. Acesso em: 02 out. 2018.

OLIVEIRA, P. S. et al. Assistência de profissionais de saúde à mulher em situação de violência sexual: revisão integrativa. **Rev enferm UFPE online**, Recife, v. 10, n. 5, p. 1828-39, maio. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/13563/16349. Acesso em: 07 fev. 2018.

RODRIGUES, W. F. G.; RODRIGUES, R. F. G.; FERREIRA, F. A. Violência contra a mulher dentro de um contexto biopsicossocial um desafio para o profissional da enfermagem. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, v. 11, n. 4, p. 1752-8, abr., 2017. Disponível em:

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/15247/18031. Acesso em: 07 fev. 2018.

SANTOS, M. C. et al. Violência contra a mulher no brasil: algumas reflexões sobre a implementação da lei Maria da Penha. **Ciências Humanas e Sociais**, Alagoas, v. 3, n.3, p. 37-50, Novembro 2016. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/3625/2291. Acesso em: 26 set. 2018.

SILVA, L. E. L.; OLIVEIRA, M. L. C. violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 11, p. 3523-3532, 2015. Disponível em : http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n11/1413-8123-csc-20-11-3523.pdf. Acesso em: 08 fev. 2018.

SILVA, L. E. L.; OLIVEIRA, M. L. C. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012*. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 331-342, abr-jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ress/v25n2/2237-9622-ress-25-02-00331.pdf. Acesso em: 02 out. 2018.

SOUSA, A. K. A.; NOGUEIRA, D. A.; GRADIM, C. V. C. Perfil da violência doméstica e familiar contra a mulher em um município de Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Colet.**, v. 21, n. 4, p. 425-31, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v21n4/v21n4a11.pdf. Acesso em 05 out. 2018.

VASCONCELOS, M. S.; HOLANDA, V. R.; ALBUQUERQUE, T. T. Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres*. **Cogitare Enferm**, v. 21, n. 1, p. 01-10, Jan/mar. 2016. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/41960/27503. Acesso em: 02 out. 2018.

VARGAS, E. B.; SANTOS, E. H. Atuação do profissional de saúde na atenção primária frente à violência doméstica à mulher. **Universidade do Sul de Santa Catarina**. 04 de julho de 2017. 51 f**.** Trabalho de Conclusão de Curso. Palhoça, 2017. Disponível em: https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/2308/Monografia%20Elaine%20Buchele

Temas em Saúde
Volume 19, Número 6
ISSN 2447-2131
João Pessoa, 2019

Artigo

%20de%20Vargas%20e%20Ester%20H%C3%A9lia%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 08 fev. 2018.